

A RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

THE RELATIONSHIP BETWEEN QUALITY OF EDUCATION AND CONTINUING EDUCATION OF TEACHERS

LA RELACIÓN ENTRE LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN Y LA FORMACIÓN CONTINUA DE LOS DOCENTES

Rosângela Barboza¹
Zionel Santana²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a formação permanente de professores da educação básica. Como tema elegeu-se a formação continuada de professores da rede pública, levando em consideração, a eficiência e eficácia. A abordagem se faz necessária na tentativa de verificar a oferta, execução e apropriação de tal de formação. Assim, pretende-se avaliar a maneira que tem ocorrido e os resultados alcançados sobretudo pelos profissionais atuantes junto ao público juvenil. Este propósito será conseguido a partir de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de obras que versam sobre o assunto, artigos publicados em periódicos eletrônicos como: *Scielo* e *Google Acadêmico*, revistas especializadas e livros que tratam a temática. A metodologia empregada consiste em levantamento bibliográfico associado à aplicação e análise de questionários junto aos professores que atuam em algumas escolas públicas, para verificação das formas e maneiras que vem acontecendo a formação permanente. Já foi possível a verificação e implantação de políticas públicas que visem atender a demanda dos professores. Existem dificuldades enfrentadas por professores quanto à disponibilidade de tempo e recursos para buscar, de forma oficial, a formação. É visível a necessidade de formação para que se alcancem os objetivos determinados na legislação educacional.

503

Palavras-chave: Educação. Formação de Professores. Políticas Públicas.

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze the permanent formation of teachers of basic education. As a theme, the continuing education of public school teachers was chosen, taking into account efficiency and effectiveness. The approach is necessary in an attempt to verify the offer, execution and appropriation of such training. Thus, it is intended to evaluate the way it has occurred and the results achieved especially by professionals working with the youth public. This purpose will be achieved from a bibliographic review, using works that deal with the subject, articles published in electronic journals such as: *Scielo* and *Google Scholar*, specialized magazines and books that deal with the theme. The methodology used consists of a bibliographic survey associated with the application and analysis of questionnaires with teachers who work in some public schools, to verify the forms and ways in which permanent training has been taking place. It has already been possible to verify and implement public policies aimed at meeting the demand of teachers. There are difficulties faced by teachers regarding the availability of time and resources to officially seek training. The need for training is visible in order to achieve the objectives determined in the educational legislation.

Keywords: Education. Teacher training. Public policy.

¹ Rosângela Barboza, Mestranda em Gestão, Planejamento e Ensino pela Universidade Vale do Rio Verde. Email: rosangela.barboza@aluno.unincor.edu.br

² Zionel Santana Doutor em Filosofia, Professor no mestrado profissional em Gestão, Planejamento e Ensino da Unincor Universidade Vale do Rio Verde Email: zionel@unincor.edu.br.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es analizar la formación permanente de los docentes de educación básica. Como tema se eligió la formación permanente de los profesores de las escuelas públicas, teniendo en cuenta la eficiencia y la eficacia. El abordaje es necesario en un intento de verificar la oferta, ejecución y apropiación de dicha formación. Así, se pretende evaluar la forma en que se ha producido y los resultados alcanzados especialmente por los profesionales que trabajan con el público joven. Este propósito se logrará a partir de una revisión bibliográfica, utilizando trabajos que traten el tema, artículos publicados en revistas electrónicas como: Scielo y Google Scholar, revistas especializadas y libros que traten el tema. La metodología utilizada consiste en un levantamiento bibliográfico asociado a la aplicación y análisis de cuestionarios con docentes que laboran en algunas escuelas públicas, para verificar las formas y modos en que se ha venido dando la formación permanente. Ya ha sido posible verificar e implementar políticas públicas dirigidas a atender la demanda de docentes. Existen dificultades que enfrentan los docentes en cuanto a la disponibilidad de tiempo y recursos para formarse oficialmente. Se hace visible la necesidad de formación para alcanzar los objetivos determinados en la legislación educativa.

Palabras clave: Educación. Formación de profesores. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o desafio da formação permanente de professores atuantes na educação básica, e o problema levantado é: como avaliar o processo de formação continuada dos professores de educação levando em consideração a eficiência e eficácia?

Tal abordagem se justifica a partir da necessidade de avaliar melhor como vem acontecendo a formação continuada de professores de escolas públicas. Tendo como ponto de partida a necessidade contínua de aperfeiçoamento e formação, buscando inclusive perceber no âmbito das políticas públicas adotadas pelo poder público em relação à necessidade de se fazer tal formação. Convém ressaltar a necessidade de analisar parâmetros legais e oferta deste serviço na perspectiva de melhor preparar o professor que está atuando com alunos da educação básica.

A importância deste trabalho está na discussão que se impõe: formação continuada se dá de qual/quais formas. Seria aquela em que os órgãos oficiais ofertam ou teria outras maneiras de se buscar capacitação em serviço como forma de melhorar a qualidade dos serviços ofertados em escolas públicas? Faz-se necessário a observação dos requisitos legais que amparam a formação continuada dos professores no que se refere à lei federal 13.005/2014, ao afirmar que estados e entes federados devem promover “política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados” (BRASIL, 2014, online). Também a Lei federal de nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 62, parágrafo primeiro, oferece subsídios para que ocorra o processo de formação continuada para trabalhadores da educação ao afirmar que atuando

em regime de colaboração, a União, os Estados e Municípios devem promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (BRASIL, 1996, online). Por sua vez a Proposta para a base nacional comum da formação de professores da educação básica esclarece como sendo de competência do sistema federal de ensino zelar pela qualidade da formação do professor, sendo este profissional

quem mais impacta a qualidade da aprendizagem dos alunos da educação básica. Afirma ainda que a formação continuada de professores constitui em importante política de fortalecimento e profissionalização dos que trabalham na educação escolar (BRASIL, 2018, online).

É importante entender como vem acontecendo a formação continuada dos professores de educação básica porque eles lidam com crianças e adolescentes que devem ser preparados não apenas para o mercado de trabalho e para uma formação humana integral, como também, para que possam constituir-se como cidadãos capazes de dar respostas a situações inéditas (HENGEMUHLE, 2004). A partir da análise da legislação e da realidade que se impõe, faz sentido a busca e cobrança do poder público para que haja maior investimento na carreira do magistério bem como da formação em trabalho para que professores possam aprimorar e se apropriar do conhecimento de novas técnicas de aprendizagem, das correntes pedagógicas e de toda uma visão de futuro:

[...] quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (FREIRE, 2009 p 23/24).

Parece que o ato de se formar para formar alguém é algo vivo, que precisa constantemente ser alimentado para não cair no tradicionalismo, na mesmice, valorizando sempre que possível as diferentes formas de conhecimento.

Como objetivo pretende-se avaliar a maneira que tem ocorrido formação continuada de professores da educação básica tendo em vista a eficiência e eficácia para atuação junto ao público juvenil. Para tanto, convém identificar políticas públicas voltadas para a formação continuada ofertada a professores da rede pública; analisar a participação de profissionais da educação em distintas modalidades de formação e avaliar contexto de oferta e demanda de formação continuada disponibilizada aos professores.

Este intento será conseguido a partir da revisão bibliográfica, análise de artigos publicados em periódicos eletrônicos como: *Scielo* e *Google*, livros especializados e da

aplicação de questionários, junto às escolas, para verificação das formas e maneiras que vem acontecendo a formação permanente.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma revisão bibliográfica onde buscou-se artigos e obras relacionadas ao tema proposto, utilizando plataformas como *scielo*, *Google acadêmico*, Revistas científicas, Repositórios acadêmicos, além de livros que tratam da temática; após a leitura e fichamento dos textos selecionados que oferecem subsídios para a redação textual.

A RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PERMANENTE

O desenvolvimento do presente trabalho constitui-se de três partes distintas, cada uma referindo-se a um assunto específico, a saber: o item 2.1 chamado de “A formação permanente e a qualidade na educação” discutimos o que compõe a formação permanente, porque ela é uma demanda do professorado, bem como sua aplicação na melhoria da qualidade do produto ofertado. Já o item 2.2 nomeado: Como e porque estar em constante formação, vem discutir o que a formação permanente, onde e de qual forma ela vem se dando e as razões pelas quais os professores necessitam estar em constante formação. Seguimos pensando nas políticas públicas implantadas como maneira de alcançar as metas propostas e melhorar significativamente a educação brasileira, para tal, o item 2.3 reflete as Políticas Públicas e a Formação Permanente dos Professores e na tentativa uma breve conclusão nas considerações finais expomos nossa impressão a respeito do tema na atualidade. Passemos então a compreensão do que é a formação permanente e a qualidade na educação.

A FORMAÇÃO PERMANENTE E A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Para falar de qualidade na educação faz se necessário pensar na formação dos profissionais que atuam nesta importante área. A discussão que se propõe inicialmente, é de que ao professor que atua em sala de aula, não basta exclusivamente a formação inicial que acontece nos cursos de graduação. Neste sentido, a formação continuada é uma demanda da própria profissão docente. Procuramos perceber a formação permanente como sendo aquela que acontece constantemente e que interfere na qualidade do serviço prestado. Não consideramos somente formações ofertadas e exigidas pelos órgãos

governamentais, mas procurou-se classificar como tal desde a leitura de obras, a participação em congressos e simpósios, a troca de experiências entre os pares, os cursos ofertados pela Secretaria de Educação, toda e qualquer ação praticada ainda que de maneira informal, mas que pode interferir na qualidade da educação ofertada. Aos

profissionais da educação é importante estar em permanente formação para que consigam acompanhar as constantes transformações pelas quais a sociedade passa bem como para que se consiga desenvolver um trabalho inovador junto aos alunos.

Pensando nas constantes mudanças, observou-se que essas acontecem tanto no campo da pessoalidade e da individualidade, mas principalmente no sentido de avanço da sociedade. Um professor do século XXI não pode continuar agindo da mesma maneira que agiam os profissionais formados a partir da segunda metade do século XX, Imbernón esclarece que:

[...] a formação permanente dos docentes, tanto a proposta pelas administrações como por outras instâncias ou pelos próprios professores, conseguiu uma função essencial para a melhora da profissão, uma vez que torna-se necessário assumir novas competências profissionais inexistentes no início do século XX, como, por exemplo, capacidade de processamento da informação, capacidade de gerar conhecimento pedagógico nas escolas, capacidade de fazer pesquisa-ação, análise e reflexão crítica sobre o que se faz, capacidades reflexivas para interpretar, compreender e refletir sobre o ensino e a realidade social de forma comunitária, trabalhar com seus iguais e com a comunidade, realizar orientação e diagnóstico de problemas de aprendizagem diante da diversidade dos alunos, tomar decisões racionais sobre o que se deve ensinar, criar avaliações de processos e reformulações de projetos de trabalho, sociais e educativos, dentre muitas outras capacidades de antes não eram necessárias na profissão docente e que, hoje em dia, tornam-se imprescindíveis (IMBERNÓN, 2015, p. 79).

O que fica evidente, portanto, é que há uma diferença substancial entre as competências que eram exigidas de um professor que atuava no século passado, para aquelas necessárias ao exercício da profissão docente presentes já nas primeiras décadas do século XXI. As mudanças na formação permanente dos professores são necessárias porque a dinâmica da sociedade exige que se formem indivíduos com visão crítica, capazes de se posicionar na solução de problemas se impõe cotidianamente, a educação ofertada nas escolas, ao trabalhar na perspectiva da formação humana integral, torna possível o empoderamento do jovem educando, de maneira tal que não apenas acatem ordens, mas que atuem frente à sociedade comprometidos na construção de uma sociedade melhor, mais humana.

Percebe-se que para trabalhar atendendo às necessidades impostas tanto pelo sistema educacional como pela sociedade como um todo, para desenvolver atividades

qualidade com qualidade, atendendo as competências deste nosso século, exige-se de todos os profissionais envolvidos na educação, que se atentem para as inovações que podem fazer grande diferença

social. Neste sentido, há uma demanda para que se faça/ocorra formação permanente. E observa-se que para atendimento de tais demandas, há esclarecimentos que embasam e definem parâmetros para a oferta de formação, estando mesmo previsto em legislação brasileira específica. Mas será que há condições adequadas para que o profissional possa participar de determinadas formações? Este foi um ponto levado em consideração no presente trabalho, pois parece haver um abismo entre a realidade e a necessidade da oferta e participação em formação permanente. Na prática o que se apresenta são professores exaustos devido a necessidade de se submeterem a vários turnos de trabalho devido a desvalorização econômica da profissão; a ausência de um plano de carreira atrativo para que o profissional possa estar em constante aprimoramento e qualificação profissional; outros ainda necessitam assumir cargos em diferentes escolas com realidades socioeconômicas distintas não permitindo a criação de vínculo profissional. Todos estes fatores são passíveis de análise e interferem na decisão profissional de se buscar a formação permanente.

Por ser a escola um espaço de capacitação das pessoas para o exercício da cidadania, um lugar de busca e conquista de direitos políticos e econômico (FELDMANN, 2009), é exatamente neste espaço que muitos professores, ao conviver com seus pares, com seus alunos, lidando constantemente com questões ética, afetiva, política, ideológica e cultural, vêm necessidade de estar em busca e aprimoramento do conhecimento para que atuem de forma segura, enfrentando os desafios impostos por uma sociedade que se encontra em mudança e transformação, não apenas para atender a um público específico mas também, atender demandas de um mundo globalizado e que exige profissionais cada vez com mais habilidade, competência e eficiência, não havendo lugar para profissionais desatualizados e despreparados.

É interessante a percepção de que a educação tem um compromisso social com o futuro, não podendo ser negligente com as novas gerações, pois se isto acontece, coloca-se em risco a formação de toda uma geração. Imbernón (2015) esclarece que desde fins do século XX, vem acontecendo mudanças vertiginosas e radicais nas estruturas científicas, sociais e educativas que respaldam o sentido de se institucionalizar o sistema educacional, pois o ato de educar está voltado para o amanhã.

Em seguida abordaremos as diferentes propostas de formação permanente que ocorre nas escolas brasileiras, bem como as dificuldades enfrentadas pelo professorado para conseguirem se qualificar.

COMO E PORQUE ESTAR EM CONSTANTE FORMAÇÃO

Conforme consta na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 6º, que a educação é um direito social (BRASIL, 1988), ela constitui-se também em um direito humano a partir do momento que é a base para aquisição de outros direitos constitucionais tais como o desenvolvimento econômico, a cultura, a participação e posicionamento político. Sendo um direito, não basta a oferta de uma formação educacional deficitária, descontextualizada e sem sentido para o educando. Para que ocorra de forma eficaz faz se necessário que os profissionais envolvidos na educação escolar estejam devidamente qualificados para desenvolver suas tarefas de modo a atender satisfatoriamente demandas que se impõe não mais para uma educação bancária conteudista, mas que prepare o educando para agir e atuar na resolução de problemas que envolvem a sociedade como um todo.

Analisar propostas de formação permanente ofertadas aos professores da educação básica um caminho para se compreender determinadas falhas que ocorrem no sistema educacional assim como indicar caminhos que possam minimizá-las numa perspectiva de estabelecer junto ao professorado qual a melhor maneira de se fazer formação. A qualidade dos serviços educacionais ofertados à sociedade brasileira reflete a necessidade de se propor ações eficazes que possam transformar a educação sendo possível atender a necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais, contribuindo para a compreensão da dinâmica da sociedade. A proposta de formação permanente que melhor atende aos professores é aquela que leva em consideração o contexto tanto do professor quanto do educando. Sendo possível a preparação de atividades que contemplem o projeto político pedagógico da escola, que ao ser elaborado leva em consideração especificidades da comunidade atendida.

Importante considerar que os professores, de modo geral, são profissionais em constante formação, no entanto aqueles que atuam na educação básica, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, precisam ainda mais se atentar para uma formação que atenda às demandas de uma sociedade com intensas mudanças já que trabalha com um público em fase de transformação.

IMAGEM 01 – Equação da qualidade de serviço ofertado



Fonte: Produzido pelos autores (2021)

No que se refere aos rumos da educação brasileira, é preciso lançar um olhar criterioso às novas demandas que surgem a partir da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens a serem adquiridas pelos alunos brasileiros no decorrer da educação básica e que estabelece a formação humana integral a partir do desenvolvimento de habilidades e competências, deixando de lado o conteudismo e o saber bancário. Os desafios que se impõe são muitos já que a função da educação formal, estabelecida em lei, é a formação do ser humano integral e para que se atinja tal função, faz se necessária a atuação de profissionais cada vez mais qualificados para trabalhar junto as juventudes.

Mas o que é formação permanente e como ela vem acontecendo? Quais seus objetivos? Como os professores se apropriam da formação? Qual(is) a(s) necessidade(s) de se estar em constante formação? São questões que merecem uma reflexão para que a partir daí, seja possível pensar a eficiência e eficácia daquilo que vem sendo apresentado como formação permanente aos professores. A partir das questões propostas acima, será viável fazer uma análise da eficiência e eficácia que se pretende atingir com a formação. Como parâmetro para eficácia será considerado os resultados que se pretende obter bem como aqueles obtidos com a formação oferecida ao professorado. Já a eficiência poderá ser compreendida como as mudanças promovidas pela formação no comportamento e atuação profissional em espaços formais de educação. Uma formação eficaz tende a promover resultados eficientes.

Importante esclarecer que a formação permanente dos professores é uma demanda da própria categoria profissional porque nem sempre a formação inicial prepara o jovem professor para atuar e enfrentar o cotidiano de uma sala de aula. Isto posto, evidencia-se a necessidade de o docente estar em constante formação e qualificação profissional para que

seu trabalho possa ser desenvolvido com qualidade e competência e que se consiga suportar pressões e demandas da sociedade que se transforma constantemente. O professor precisa estar atento a novas tecnologias aplicadas ao ensino e que promova a aprendizagem; à finalidade da educação frente às demandas sociais; as mudanças estruturais, políticas e econômicas nas quais o educando encontra-se inserido. Há que se ficar atento também a demandas e elaboração curricular e neste sentido Carvalho (2017) afirma que renovação curricular não aceita um ensino tradicional, sendo necessário o desenvolvimento de aprendizagem efetiva do aluno. O profissional da educação que não busca inovação dificilmente conseguirá desenvolver seu trabalho no sentido de atender a tantas e variadas demandas.

Quanto aos objetivos dos cursos ofertados para se promover formação aos professores, destaca-se a preparação para que possam participar de forma ativa na elaboração dos projetos pedagógicos das escolas porque um professor que acompanha as mudanças em sua disciplina está apto a aceitar as sugestões de seus colegas e, será capaz de planejar e executar atividades de ensino, sendo capaz de entender dificuldades dos colegas e ajudá-los (Carvalho, 2017). Fica explícito que atividades voltadas para a formação docente corroboram não somente com sua atuação em sala de aula de forma isolada, mas influência no resultado do trabalho em equipe e com seus pares. André (2015) afirma que a formação deve estar “ancorada na valorização da escola como o lugar da formação de professores e como espaço de colegialidade, do diálogo entre os pares, da criação de culturas colaborativas” (ANDRE, 2015, p. 97).

A justificativa para que se promova/faça formação continuada está nas constantes transformações pelas quais a sociedade passa e nas incertezas e inseguranças bem como os desafios provocados no docente que precisa de autonomia, capacidade de interação e produção de conhecimentos sistematizados que auxiliem na formação de cidadãos críticos, criativos e participativos (SOARES, 2020). Por sua vez, Imbernón (2015) argumenta que a formação deve ser repensada, pois precisa apresentar alternativas e novas propostas que provoquem um novo pensamento formativo, uma nova maneira de formar e se formar, acrescenta ainda que sem formação docente o futuro fica comprometido, prevalecendo a rotina e chateação que comprometem a qualidade de ensino (IMBERNÓN, 2015).

Afinal quais ações enquadram como formação continuada? Soares (2020) esclarece que atividades esporádicas que se apresentam em caráter de treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento em forma de cursos, seminários, palestras e oficinas apresentam-se como

iniciativas para suprir as lacunas e até mesmo falhas da formação inicial. Enquadra também como formação a oferta de mestrados profissionais, cursos de especialização ofertados nas IES (Instituições de Ensino Superior), mas não podemos descartar a consulta em livros técnicos, a consulta de artigos científicos, leitura de jornais, neste contexto até mesmo a preparação profissional para prestar concursos enquadra-se como formação, pois coloca os docentes em contato com novas bibliografias, novas metodologias e novos conceitos. Desta forma toda e qualquer ação, seja ela coletiva ou individual, que ofereça melhora na qualidade do trabalho ofertado ao educando enquadra-se como formação permanente. Segundo Imbernón (2009), no que se refere à formação permanente, “esta deveria fomentar o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional do professor potencializando um trabalho colaborativo para transformar a prática” (IMBERNÓN, 2009, p. 44).

O termo permanente aqui utilizado faz referência ao fato de que o ser humano está em constante formação, sendo assim, há uma necessidade de busca constante pelo saber. Sabemos que o saber do professor mesmo sendo constituído a partir de uma iniciativa pessoal não é um

saber isolado, afinal Tardif afirma que “um professor nunca define sozinho e em si mesmo o seu próprio saber profissional” (TADIF, 2010, p. 12).

Uma crítica que precisa ser observada é em relação à metodologia aplicada à formação oferecida aos docentes, esta normalmente acontece com base na transmissão de conhecimentos, repassada de forma descontextualizada, não levam em conta as necessidades e situações problemas, impedindo o processo formativo e o desenvolvimento dos professores. O ideal, para que haja eficácia da formação, é que ela ocorra contextualizada e, baseada em situações problemas, é Imbernón (2009) que enfatiza uma proposta de formação tendo como ideia eixo, mais do que a intenção de atualizar o professorado, ser capaz de estabelecer espaços de reflexão e participação para que “aprendam” (mais aprendizagem do que ensino) com reflexão e análise de situações problemas dos centros e que partam das necessidades democráticas do coletivo para estabelecer novo processo formativo possibilitando o estudo da vida na aula e no centro, os projetos de mudança, o trabalho colaborativo como desenvolvimento fundamental da instituição educativa e do professorado (IMBERNÓN, 2009).

Mesmo sendo a formação permanente prevista em legislação específica que rege o magistério brasileiro, ainda reconhecendo sua necessidade e importância para que se

alcance educação de qualidade, conforme explicita a meta de nº. 17 do Plano Nacional de Educação (PNE). A qualificação de professores costuma esbarrar em burocracias, em falta de políticas públicas e até mesmo na organização do tempo do profissional. Neste sentido, Imbernón (2009) elenca uma série de obstáculos que abarcam a falta de recursos para promover formação coletiva, para a formação autônoma em centros educativos destacando horários inadequados e a ideia de formação vista como forma de incentivo salarial ou para obtenção de promoção, jamais associada melhoria da profissão. Outra questão que Soares (2020) discute refere-se à elaboração das formações, estas por serem preestabelecidas pelas secretarias de educação, não levando em consideração aspectos importantes como o contexto de atuação docente acaba por não atender as necessidades e dificuldades dos professores. Partindo deste pressuposto, a formação ideal será aquela que leva em consideração o contexto, a realidade que se apresenta, as demandas do grupo e, ela deve acontecer no chão da escola.

Mas como nenhuma formação acontece ao mero acaso e sendo a educação uma área de suma importância para o desenvolvimento do país, passemos à análise das políticas públicas implantadas como forma de mitigar as deficiências e melhorar o trabalho do professorado.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO PERMANENTE DOS PROFESSORES

A demanda de políticas públicas voltadas para a área da formação de professores que atuam na educação básica vem de encontro ao que se pretende como futuro da educação brasileira e ao que foi estabelecido como meta no Plano Nacional da Educação – PNE, no que tange a qualidade que se pretende alcançar na oferta de serviços educacionais. Outro aspecto relevante quanto à necessidade de formação relaciona-se com a finalidade da educação, que é a de formar cidadãos que atendam não apenas a demanda da sociedade brasileira como também as exigências do mundo globalizado, neste sentido:

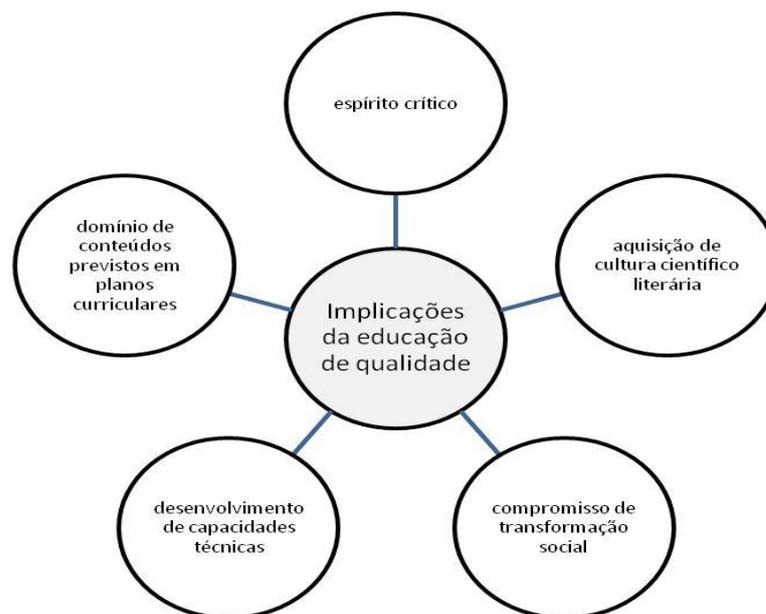
O contexto atual marcado pela globalização econômica, momento de expansão mundial capitalista, que se caracteriza pelos processos de reestruturação da produção tem apresentado para o sistema de ensino, demanda de formação do trabalhador flexível e polivalente. As vezes agências internacionais, ampliam sua capacidade de influência sobre as políticas educativas, sobretudo nos países em desenvolvimento (SAPELLI; HIDALGO, 2010, p. 21).

Para atuar comprometido com a qualidade da educação, formar indivíduos que atendam às exigências do mercado, de forma crítica e consciente, capazes de desenvolver habilidades e competências, de ocuparem seus lugares enquanto cidadãos plenos, o

professor precisa constantemente estar em formação e esta por sua vez deve estar em consonância com um contexto de mudança organizacional, de gestão e de relação de poder (IMBERNÓN, 2015). Desta forma percebe-se que a formação permanente, para que atinja seus reais objetivos e proporcione qualidade, deve acontecer de forma contextualizada pensando nas mudanças do sistema educacional como um todo e em consonância com a gestão escolar.

Um esclarecimento que se faz necessário é o de qualidade de educação. Segundo Davok (2007), para uma educação de qualidade é necessário que se atinja alguns requisitos básicos como: domínio de conteúdos previstos em planos curriculares; a aquisição de cultura científico literária; desenvolvimento de capacidades técnicas para atendimento do sistema produtivo; a promoção do espírito crítico; fortalecimento do compromisso de transformação social.

IMAGEM 02 – Implicações da educação de qualidade



Fonte: Produzido pelos autores (2021).

Convém ressaltar que o cumprimento destes requisitos atende ao que prevê a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB – ao colocar a necessidade de ser trabalhar para o atendimento do sistema produtivo e desenvolvimento de capacidades técnicas, que por sua vez são características de que a educação é o caminho para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Encontra-se presente ainda a preocupação com o cumprimento da meta de nº 7 (sete) do PNE que trata de fomentar a qualidade da educação básica como critério para melhorar os indicadores do IDEB, numa perspectiva

de que assim a educação nacional apresente as seguintes médias nacionais: 6.0 para os anos iniciais de ensino fundamental; 5.5 para os anos finais do ensino fundamental e 5.2 para o ensino médio. Se o educando adquire conhecimento científico e literário, automaticamente os indicadores de qualidade da educação serão melhorados. Por sua vez alguns dos requisitos acima citados ainda vêm de encontro a algumas competências previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, dentre as quais podemos destacar: Competência de nº 2 que implica em conhecimentos voltados para o desenvolvimento conhecimento científico, o senso crítico e criativo; a competência de nº 3 - ao repertório cultural ao propor a cultura científico-literária e a competência de nº 10 que diz respeito a responsabilidade e cidadania.

Para que tais requisitos sejam atingidos, faz-se necessário um investimento no capital profissional e que se promova constantemente aprimoramento e formação do professor. A formação permanente, chamada de capacitação em serviço, encontra-se prevista na LDB, que em seu artigo 61 determina:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço.

[...] (BRASIL, 1996, p. 41).

Ainda se tratando da base legal de qualificação dos profissionais do magistério, é conveniente citar a meta de nº 16, que estabelece critérios para a oferta de cursos de pós graduação como forma de fazer com que o país alcance, no decorrer dos 10 anos previsto no PNE, maior eficácia na qualidade da educação, propondo que cerca de 50% do professorado atuante na educação básica tenha formação especializada, esta meta afirma:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014, online).

Tendo em vista o cumprimento da referida meta de nº 16, ocorreu no Brasil uma oferta de cursos de pós-graduação voltada, sobretudo para professores de educação básica atuantes na rede pública. Esta oferta foi possível através de parcerias estabelecidas entre o governo federal e as universidades públicas, com amplo apoio e utilização da Universidade Aberta do Brasil – UAB, que servia de ponto de

atendimento, como “pólo” das universidades federais conveniadas. Como reflexo desta ação, no ano de 2018 o relatório do PNE registrava um percentual de 30,2% de cumprimento da referida meta de nº 16.

Uma política pública adotada pelo governo federal, que vem contribuindo positivamente no processo de formação permanente, que vem prometendo interferiu positivamente na qualidade do processo educacional brasileiro é a oferta do PROMESTRE uma modalidade mestrado profissional que oferece formação de acordo com áreas de conhecimento e as disciplinas ofertadas na educação básica. Trata-se de uma pós-graduação com objetivos bem claros para o desenvolvimento de capacitar professores para atuarem numa perspectiva do atendimento às demandas sociais, organizacionais ou profissionais para o mercado de trabalho. É um programa que visa melhorar a eficiência e eficácia de organizações tanto públicas quanto privadas no que tange a solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação. Esse processo incide, principalmente, na relação que o professor estabelece com o conhecimento e com os próprios saberes da prática. O mestrado profissional “provoca a homogeneização dos modos de olhar, questionar e buscar respostas para os problemas que se apresentam como objeto de estudo e orientam a busca de soluções” (BARBOSA E FERNANDES, 2017. p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito assegurado em lei federal, sendo sua promoção dever do estado e obrigação da família uma vez que é através dela que o Brasil vem promovendo a conquista de direitos básicos, e sendo possível ainda através dela a apropriação do conhecimento científico e do saber acumulado pela humanidade em sua caminhada no planeta.

A qualidade na educação será alcançada mediante uma preparação adequada dos profissionais. Pensar apenas a formação inicial compromete o desempenho e ações do professorado já que esta se encontra distante da realidade enfrentada no chão da escola. Sendo assim, a formação permanente, para além de ser uma necessidade, de estar prevista na legislação, constitui ainda em uma exigência para os educadores que desejam desempenhar suas atividades de maneira eficiente e eficaz. Ideal que se desenvolva ações e políticas públicas bem como a criação de condições para que a formação dos professores ocorra de modo a atender tanto a política nacional de educação quanto as

demandas de uma sociedade que se encontra em constante mudança. É preciso desenvolver no professorado a consciência de que não se deve fazer formação especificamente visando promoção na carreira, mas que ela ocorra tendo em vista tanto a valorização profissional, levando em consideração aspectos econômicos e sociais, mas principalmente e de suma importância a melhoria dos serviços ofertados ao educando.

A formação continuada de professores deve estar alinhada com a política nacional de formação de professores, com a finalidade de melhor prepará-los para exercer suas funções na perspectiva de desenvolver um trabalho voltado para a formação humana e integral do educando. Deve ainda estar condizente com o projeto político pedagógico da escola e precisa estar comprometido com ações reflexivas. Um professor bem-preparado conhece o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, sabe da importância social de seu papel, promove o intercâmbio de experiências com seus pares, podendo desta forma contribuir positivamente para a construção de uma sociedade mais humana, justa e igualitária.

O presente texto não teve a pretensão de esgotar a temática, estudos relacionados ao assunto precisam acontecer porque somente trazendo à tona as demandas da categoria profissional, avaliando as políticas públicas e analisando os resultados obtidos será possível a aprofundar e sugerir oferta adequada de formação.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, MARLI. E. D. A. ESPAÇOS ALTERNATIVOS DE FORMAÇÃO DOCENTE. IN GATTI, BERNARDETE ANGELINA ET AL. POR UMA REVOLUÇÃO NO CAMPO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. 1 ED. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2015 CAP. 5 P. 97-115.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, BRASÍLIA, DF: MEC, 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://BASENACIONALCOMUM.MEC.GOV.BR/IMAGES/BNCC_EI_EF_110518_VERSAOFINAL_SITE.PDF](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/bncc_ei_ef_110518_versaofinal_site.pdf)>. ACESSO EM: 09 SET. 2021.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). ACESSO 10 SET. 2021.

BRASIL, PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. 2014. DISPONÍVEL EM [HTTP://SIMEC.MEC.GOV.BR/PDE/GRAFICO_PNE.PHP](http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php). ACESSO 25 AGO. 2021.

BARBOSA, MARINALVA VIEIRA. FERNANDES. NATALIA A. MORATO (ORGS.). INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. EM ABERTO / INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. V. 1, N. 1, (NOV. 1981-). – BRASÍLIA: O INSTITUTO, 1981-POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAL.INEP.GOV.BR](http://portal.inep.gov.br)

/INFORMACAO-DA-PUBLICACAO/-/ASSET_PUBLISHER/ 6JYISGMAMkWi
/DOCUMENT/ID/822815 - PUBLICADO ONLINE EM JUNHO DE 2017. ACESSO EM: 30 AGO. 2021.

CARVALHO, ANNA MARIA PESSOA DE. (ORG.) FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES UMA RELEITURA DAS ÁREAS DE CONTEÚDO. 2ª ED. SÃO PAULO: CENGAGE. 2017.

DAVOK, DELSI FRIES. QUALIDADE EM EDUCAÇÃO. AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CAMPINAS), V. 12, N. 3, P. 505-513, 2007.

FELDMANN, MARINA GRAZIELA. (ORG). FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE. SÃO PAULO: EDITORA SENAC. SÃO PAULO, 2009.

FREIRE, PAULO. PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 1996.

GENTILE, PAOLA. ANTONIONÓVOA: “PROFESSOR SE FORMA NA ESCOLA”. NOVA ESCOLA: ED 142, 01 MAIO 2001. DISPONÍVEL: [HTTPS://NOVAESCOLA.ORG.BR/CONTEUDO/179/ENTREVISTA-FORMACAO-ANTONIO-NOVOA](https://novaescola.org.br/conteudo/179/entrevista-formacao-antonio-novoa). ACESSO 21 JUN 2021.

HIDALGO, ÂNGELA MARIA. SAPELLI, MARLENE LUCIA SIEBERT. IN NEVES, ISABEL CRISTINA.

SILVA, JEFFERSON OLIVATTO DA. (ORG) DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. CURITIBA: CRV, 1ª ED. 2010 – A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, FACE ÀS INOVAÇÕES CURRICULARES. P. 15-26.

IMBERNÓN, FRANCISCO. FORMAÇÃO PERMANENTE DO PROFESSORADO: NOVAS TENDÊNCIAS. SÃO PAULO: CORTEZ, 2009.

IMBERNÓN, FRANCISCO. NOVOS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NO SÉCULO XXI: A NECESSIDADE DE UMA NOVA FORMAÇÃO DOCENTE. IN GATTI, BERNARDETE ANGELINA ET AL. POR UMA REVOLUÇÃO NO CAMPO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. 1 ED. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2015 CAP. 3 P. 75-82.

SILVA, JOELMA ABREU. RAGGI, DÉsirÉE GONÇALVES. A FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO (2017– 2019): ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES NO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM/ES. REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO CONHECIMENTO. ANO 05, ED. 06, VOL. 01, PP. 99-144. JUNHO DE 2020. ISSN: 2448-0959, DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.NUCLEODOCONHECIMENTO.COM.BR/EDUCACAO/ANALISE-DAS-CONTRIBUICOES](https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/analise-das-contribuicoes) . ACESSO 21 JUN 2021.

SOARES, MARIA PERPÉTUA DO SOCORRO BESERRA. FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES: UM ESTUDO INSPIRADO EM PAULO FREIRE COM DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. REVISTA EDUCAÇÃO & FORMAÇÃO. FORTALEZA, V. 5, N. 13, P. 151-171, JAN./ABR. 2020. DISPONÍVEL EM [HTTPS://REVISTAS.UECE.BR/INDEX.PHP/REDUFOR/ARTICLE/VIEW/1271/1912](https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1271/1912). ACESSO 05 SET. 2021.

TARDIF, MAURICE. SABERES DOCENTES E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. II. ED. PETRÓPOLIS: VOZES. 2010.